



Ata da Audiência Pública nº 01 de 2025 para tratar do **Projeto de Lei Ordinária nº 34 de 2025** que “Autoriza adesão do Município de Santana da Vargem ao Projeto “Mãos dadas” do Governo do Estado de Minas Gerais, visando a municipalização da Escola Estadual Padre José Ribeiro”, ocorrida em cinco de maio de dois mil e vinte e cinco no Plenário José Noel Gouveia na Câmara Municipal de Santana da Vargem. Às dezessete horas do mesmo dia, reuniram-se em audiência pública, sob a presidência da vereadora Bruna Renata, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem, o Prefeito Municipal Argemiro Galvão e os munícipes presentes para a discussão do tema em questão. A presidente deu início à Audiência Pública destacando a importância do tema em discussão: a municipalização da Escola Estadual Padre José Ribeiro, por meio do Projeto de Lei Ordinária nº 34/2025, que trata da adesão do município de Santana da Vargem ao Projeto “Mãos Dadas”, do governo estadual. Ela ressaltou que a educação é um pilar do desenvolvimento social e que o assunto deve ser debatido com responsabilidade e transparência. A presidente informou sobre a inscrição da senhora Cristiane Maria Azarias Santos para uso da tribuna e convidou o prefeito para compor a mesa. Em seguida, passou a condução dos trabalhos ao vereador Everton Paulo de Araújo, que solicitou a ocorrência da audiência. O vereador Everton Paulo agradeceu a presença do público e destacou a importância da participação popular na construção de uma cidade mais justa, explicou que propôs a audiência pública para debater, com transparência e envolvimento da comunidade escolar, a municipalização da Escola Estadual Padre José Ribeiro, enfatizou que o papel do vereador inclui ouvir a população e garantir decisões alinhadas aos seus interesses, especialmente em educação. Na sequência foi passada a palavra à Srª Cristiane Maria. Ela manifestou-se contra a municipalização da Escola, destacando seu valor histórico e criticando a disputa entre Estado e Município pela gestão escolar. Ela relatou dificuldades em garantir apoio pedagógico para seu filho com necessidades especiais, que só obteve ajuda efetiva do Estado, não da Prefeitura. A Srª Cristiane expressou preocupação com a possível perda desse suporte caso a escola seja municipalizada, citando um ofício da Prefeitura que alegava falta de recursos para tal atendimento, pediu que os vereadores priorizem o bem coletivo, assegurando os direitos das crianças com deficiência e a qualidade da educação. A audiência teve a participação de professores da secretaria e subsecretaria de Educação Municipal que discursaram a favor da municipalização. A secretária defendeu a municipalização da Escola como uma oportunidade para melhorar a educação no município, destacando que a mudança trará benefícios como mais recursos, possibilidade de construção de nova escola infantil, inclusão de alunos com deficiência e geração de empregos. Ela reforçou que a proposta é séria, legal, planejada e visa oferecer ensino de qualidade e estrutura adequada para os alunos. A Presidente convidou a discursar a Srª Helen que participou da transição da municipalização de uma escola em Coqueiral. A Srª Helen





compartilhou a experiência positiva de municipalização em Coqueiral em 2021, destacando que a educação continua supervisionada pelo estado, mas com mais benefícios ao município, como reformas, construção de escolas, ônibus escolares e recursos adicionais. Ela afirmou que a mudança permitiu a criação de cargos de professor de apoio, melhoria na infraestrutura e valorização dos profissionais, e que o momento atual é ideal para aproveitar esses benefícios. Os munícipes presentes discutiram o assunto e manifestaram suas posições. O vereador Everton Araújo esclareceu que a oferta de vagas para a Escola Estadual Padre José Ribeiro ocorre apenas no momento do plano de atendimento, em agosto, com matrículas em dezembro, e que o município não tem cedido previamente o número de alunos do Grupo Escolar, o que dificulta o planejamento e a disponibilidade de vagas. O prefeito Argemiro Galvão afirmou que só apoia a municipalização da Escola se for para melhorar a qualidade da educação. Ele destacou que a proposta foi estudada com responsabilidade e discutida com autoridades estaduais, defendeu a municipalização como forma de ampliar a oferta de ensino em tempo integral e melhorar as condições das escolas, ressaltando que educação é prioridade em sua gestão. Ele garantiu que sua administração trata o tema com seriedade, buscando recursos e projetos para investir em infraestrutura e qualidade do ensino. Afirmou ainda que respeita os profissionais da educação e que sua gestão tem compromisso com o futuro da cidade. Os presentes discutiram o assunto. O vereador Jackson Luiz expressou dúvidas quanto à viabilidade orçamentária da municipalização, destacando a ausência de números e estimativas no projeto, como impacto na folha de pagamento, custos com professores e garantia do piso salarial. Ele ressaltou a necessidade de informações concretas para fundamentar seu voto e demonstrou preocupação com a sustentabilidade do projeto a médio e longo prazo. Os presentes discutiram o assunto. A vereadora Silmara Giralaine manifestou preocupação com a ausência de informações no projeto, ressaltando que os esclarecimentos apresentados verbalmente não constam nos documentos oficiais. Ela destacou que o parecer jurídico solicita uma série de documentos e dados que não foram enviados à Câmara, o que dificulta a análise e a responsabilidade do voto dos vereadores. Os presentes discutiram o assunto. O prefeito esclareceu que os vereadores já aprovaram o orçamento, incluindo o da educação, e que os dados sobre custo por aluno podem ser obtidos a partir dessas informações. Ele afirmou que a municipalização não ocorrerá de forma imediata após a aprovação do projeto, pois haverá uma comissão e etapas a serem seguidas, ressaltou que os números e previsões constarão no orçamento do próximo ano, que será analisado pela Câmara, e que os recursos serão calculados com base no número de alunos. Os presentes discutiram o assunto. O vereador Antonio Afonso relatou que ele e a presidente visitaram o município de Coqueiral para conhecer a experiência local com a municipalização da educação e destacaram que, apesar do estado ter mais escolas que o município na



época, o processo foi bem-sucedido e sem reclamações. Os presentes discutiram o assunto. A presidente pediu que a Sr<sup>a</sup> Cristiane fosse saudada com palmas pois era uma mãe que estava defendendo seu filho. Assim foi feito. O vereador Paulo José perguntou sobre a sala recurso e foi respondido pela Secretária de educação. O prefeito deixou uma última mensagem, agradeceu pela audiência pública e falou que queria trabalhar junto com os vereadores para resolver o assunto. Nada mais havendo a tratar o vereador Everton Paulo agradeceu a presença de todos, encerrou a sessão e ordenou que se lavrasse a presente ata a qual, após aprovada poderá ser assinada por todos.

